

TEKNO S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ 33.467.572/0001-34

Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária
a ser realizada em 29.04.2025

ÍNDICE

	Página
I - Ordem do dia	03
II - Representação	03
III - Proposta encaminhada pelo Conselho de Administração à Assembleia	04
IV - Comentários dos diretores sobre a situação financeira da companhia (item 02 do formulário de referência)	06
V - Relatório dos auditores independentes	20
VI - Parecer do Conselho Fiscal	24
VII – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício (Anexo A da Resolução CVM 81/22)	25
VIII – Instalação do Conselho Fiscal (itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência)	31
IX – Remuneração dos Administradores (item 08 do formulário de referência)	34
X – Eleição do Conselho de Administração (itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência)	47

I – ORDEM DO DIA

Deliberar sobre:

- a) Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2024;
- b) Destinação do lucro do exercício findo e distribuição dos dividendos;
- c) Definição do número de membros e eleição do Conselho de Administração;
- d) Fixação da verba anual da remuneração dos administradores;
- e) Instalação do Conselho Fiscal;

II – REPRESENTAÇÃO

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do Acionista somente poderá ser: (a) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam no Boletim de Voto à Distância que pode ser acessado nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.teknokroma.com.br); e (b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído há menos de 01 (um) ano, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81/22, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, mesmo que o Acionista já tenha enviado o Boletim de Voto à Distância, poderá, caso queira, votar na Assembleia, hipótese em que todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas.

Os Acionistas que desejem participar da Assembleia deverão enviar para o e-mail ri@tekno.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o **dia 27 de abril de 2024**, os seguintes documentos:

- (i) Pessoas físicas: documento válido de identidade com foto; extrato da sua posição acionária, emitido pelo agente escriturador da Companhia ou pela instituição custodiante, conforme o caso, demonstrando a titularidade das ações em até 3 (três) dias antes da data da realização da AGO.
- (ii) Pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; CNPJ; documento de identidade com foto do representante legal; extrato da sua posição acionária, emitido pelo agente escriturador da Companhia ou pela instituição custodiante, conforme o caso, demonstrando a titularidade das ações em até 3 (três) dias antes da data da realização da AGO.
- (iii) Fundos de investimentos: último regulamento consolidado do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes

de representação, e documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais; extrato da sua posição acionária, emitido pelo agente escriturador da Companhia ou pela instituição custodiante, conforme o caso, demonstrando a titularidade das ações em até 3 (três) dias antes da data da realização da AGO.

Os acionistas que participarão da AGO por meio de procurador, deverão enviar à Companhia o instrumento de mandato e documento válido de identidade do procurador com foto, acompanhados dos documentos indicados no item (i), caso o Acionista seja pessoa física; acompanhados dos documentos indicados no item (ii), caso o Acionista seja pessoa jurídica; ou acompanhados dos documentos indicados no item (iii), caso o Acionista seja fundo de investimento.

Não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não enviarem o e-mail de solicitação de participação e os documentos indicados, no prazo aqui previsto.

Os acionistas que atenderem aos requisitos para a participação da AGO receberão da Companhia, por e-mail, um link de acesso da Plataforma Digital, até 24hs antes da AGO.

A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. As procurações e os boletins de voto à distância poderão ser assinados eletronicamente.

III – PROPOSTA ENCAMINHADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA

- a) Aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2024, dando a seguinte destinação ao lucro apurado no exercício:
 - a.1) Distribuir aos Administradores, a título de participação nos lucros do exercício, a importância de **R\$ 348.046,46** (Trezentos e quarenta e oito mil, quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos), nos termos do Art. 20 do Estatuto Social e dentro dos limites fixados em Lei;
 - a.2) Destinar a importância de **R\$ 2.528.491,24** (Dois milhões, quinhentos e vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e um reais e vinte e quatro centos), para ser incorporada à Reserva Legal nos termos do Parágrafo 2º, do Art. 33 do Estatuto Social;
 - a.3) Ratificar o crédito feito aos acionistas em 2024, a título de juros sobre o capital próprio, no valor total bruto de **R\$ 18.658.219,23** (dezoito milhões,

seiscentos e cinquenta e oito mil, duzentos e dezenove reais e vinte e três centavos), à razão de R\$ 6,32951894 por ação ordinária ou preferencial, e líquido de **R\$ 15.864.914,80** (Quinze milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e quatorze reais e oitenta centavos), à razão de R\$ 5,38009110 por ação ordinária ou preferencial. O valor líquido dos juros será imputado aos dividendos obrigatórios e ao dividendo estatutário das ações preferenciais previsto na letra “a” do artigo 8º do Estatuto da Companhia, de acordo com o previsto no parágrafo 7º, art. 9º da Lei 9.249/95 e com o parágrafo 6º, do artigo 33 do referido Estatuto;

- a.4) Aprovar, a título de dividendos mínimos obrigatórios, a importância de **R\$ 12.010.333,39** (Doze milhões, dez mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e nove centavos), sem correção, nos termos do parágrafo 3º do Art.33 do Estatuto Social, aos quais foram imputados os juros mencionados no item a.3 acima;
- a.5) Aprovar, a título de dividendos adicionais, a importância de **R\$ 1.997.195,43** (Um milhão, novecentos e noventa e sete mil, cento e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos), sem correção monetária, nos termos do parágrafo 5º, do Art. 33 do Estatuto Social, à razão de R\$ 0,67751837 por ação ordinária ou preferencial. Se aprovado pela AGO, fica certo que os acionistas que terão direito a este dividendo adicional serão aqueles inscritos no registro da Companhia na data da Assembleia;
- a.6) Destinar a importância de **R\$ 27.385.918,91** (Vinte e sete milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e dezoito reais e noventa e um centavos) provenientes dos lucros remanescentes do exercício, à Reserva Estatutária, de acordo com o previsto no parágrafo 4º, do artigo 33 do referido Estatuto;
- a.7) Destinar a importância de **R\$ 1.115.726,29** (Um milhão, cento e quinze mil, setecentos e vinte e seis reais e vinte e nove centavos) provenientes da conta de Reserva de Lucros a Realizar, realizada no exercício, à Reserva Estatutária, de acordo com o previsto no parágrafo 4º, do artigo 33 do referido Estatuto;
- b) Pagar os Juros sobre o Capital Próprio, cujo valor foi imputado aos Dividendos Mínimos Obrigatórios, os Dividendos Adicionais e a Participação da Administração, em 27 de junho de 2025, ou seja, no dia útil anterior ao prazo de 60 (sessenta) dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária.
- c) Fixar, para remuneração global dos Administradores da Companhia, para o exercício em curso, o montante de R\$ 3.998.000,00 (Três milhões e novecentos e noventa e oito mil reais). Neste montante não estão inclusos os encargos sociais.

IV – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA (ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

2.01) Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais para cumprir todas as suas obrigações de curto e longo prazo.

• Índices de liquidez

	Consolidado		Consolidado
	31/12/2024		31/12/2024
Ativo circulante + RLP	250.350	Ativo circulante - estoque	166.706
Passivo	90.152	Passivo circulante	75.625
Liquidez Geral	2,78	Liquidez Seca	2,20
	Consolidado		Consolidado
	31/12/2024		31/12/2024
Ativo circulante	246.562	Caixa e equivalentes de caixa	91.490
Passivo circulante	75.625	Passivo circulante	75.625
Liquidez Corrente	3,26	Liquidez Imediata	1,21

Os Índices acima demonstram que a Companhia não possui, no momento, deficiências de liquidez, mantendo plena capacidade de honrar seus compromissos.

Em 31 de dezembro de 2024, para cada 1,00 real de passivo circulante, a Companhia possuía 2,78 reais em ativo, sendo que 1,21 reais estão disponíveis em caixa e equivalentes de caixa.

• Índices de rentabilidade

	Consolidado
	2024
Lucro líquido do exercício	50.411
Receita operacional líquida	301.033
%de Margem Líquida	16,75%
	Consolidado
	2024
Lucro líquido do exercício	50.411
Patrimônio Líquido	318.980
%de Rentabilidade do Patrimônio Líquido	15,80%

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou um Lucro líquido consolidado de R\$ 50.411 mil, que representa 16,75% de rentabilidade sobre a receita líquida e 15,80% sobre o patrimônio líquido dos acionistas.

b) Estrutura de capital

- **Estrutura de capital**

	Consolidado
	31/12/2024
Passivo	90.152
Patrimônio Líquido	318.980
	409.132
% de Capital de terceiros	22%
% de Capital próprio	78%

Consideramos como capital de terceiros, os valores do passivo total (passivo circulante + passivo não circulante) e como capital próprio os valores do patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro 2024, o capital empregado nas operações da empresa era composto por 22% de capital de terceiros e 78% de capital próprio.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme demonstrado pelos índices de Liquidez, apresentados no item 2.01.a, a Companhia possui capacidade de honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia recorreu a algumas fontes de financiamento para suprir as necessidades de capital de giro e realizar novos investimentos em ativos imobilizados, tais como:

- **Leasing:** Contratos de arrendamento mercantil financeiro, adquiridos para aquisições equipamentos de informática.
- **Bradesco FINAME BNDES:** Financiamento adquirido pela Companhia para aquisição de máquinas e equipamentos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente, a Companhia não tem deficiências de liquidez. Entretanto, a mesma poderá recorrer a fontes de financiamento para seus investimentos se julgar que as condições são favoráveis para gerar valor aos seus acionistas.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía os seguintes contratos de financiamentos e arrendamentos:

Banco ou Instituição Financeira	Moeda de captação	Taxa de juros	Última data vencimento	Consolidado	
				Circulante	Não circulante
				31/12/2024	31/12/2024
Bradesco - FINAME BNDES (i)	Real	6,49% a.a.	Junho/2026	646	320
Passivo de arrendamento (nota 16.c)	Real	12% a.a.	Outubro/2027	369	312
				1.015	632

- (i) Financiamento FINAME adquirido pela Companhia para aquisição de máquinas e equipamentos, sem cláusulas restritivas, garantido pelo bem objeto do financiamento.
- (ii) Contratos de arrendamento de veículos utilizados em suas operações, com prazos que variam entre 1 e 3 anos, para os quais foram reconhecidos os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento.

II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todas as relações de longo prazo com instituições financeiras foram mencionadas no item anterior.

III. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia. Os contratos de Empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2024 estão garantidos pelos próprios bens objeto do financiamento.

IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Para os contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2024, não existem cláusulas restritivas (covenants) impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não há limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

• Demonstrações de resultado – Consolidado

Comparação dos resultados referentes aos exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023:

	Consolidado				
	2024	Análise Vertical	2023	Análise Vertical	Varição 2024/2023
Receita operacional líquida	301.033	100%	277.843	100%	8%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(216.746)	-72%	(213.644)	-77%	1%
Resultado bruto	84.287	28%	64.199	23%	31%
Despesas operacionais	(32.632)	-11%	(32.896)	-12%	-1%
Resultado de equivalência patrimonial	4.514	1%	8.648	3%	-48%
Resultado antes do resultado financeiro	56.169	19%	39.951	14%	41%
Resultado financeiro	7.568	3%	4.661	2%	62%
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	63.737	21%	44.612	16%	43%
Imposto de renda e contribuição social	(13.283)	-4%	(7.796)	-3%	70%
Resultado líquido do exercício de operações contin	50.454	17%	36.816	13%	37%
Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas	(43)	0%	(707)	0%	-94%
Resultado líquido do exercício	50.411	17%	36.109	13%	40%
ATRIBUÍVEL AOS:					
Acionista controlador (TEKNO)	50.411	17%	36.109		
Lucro básico e diluído por ação	17,101	0%	12,249		

Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida consolidada apresentou aumento de 8% no exercício de 2024, se comparada com o exercício anterior, reflexo, principalmente, do crescimento observado nos setores de embalagens metálicas e construção civil.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O aumento no Custo dos produtos vendidos e serviços prestados consolidados de 1% no exercício de 2024, se comparado ao exercício anterior, foi proporcionalmente menor que o aumento apresentado na Receita operacional líquida do mesmo período, em decorrência, principalmente, de ações adotadas pela Companhia para otimização dos gastos com insumos, bem como para adequação de sua estrutura, visando melhoria de produtividade.

Despesas operacionais

As Despesas operacionais consolidadas apresentaram redução de 1% no exercício de 2024, quando comparadas com o exercício anterior, em decorrência da redução

das despesas com pessoal administrativo, resultante da adequação do quadro de funcionários em 2023 e do aumento de outras receitas operacionais.

Resultado de equivalência patrimonial

A redução apresentada no Resultado de equivalência patrimonial consolidado no exercício de 2024, se comparado com o exercício anterior, decorreu da redução do lucro apresentado nos respectivos exercícios pelas controladas em conjunto PERFILOR e WOLVERINE/TEKNO.

Resultado financeiro

O aumento apresentado no Resultado financeiro consolidado de 62% no exercício de 2024, se comparado com o exercício anterior, é decorrente do maior rendimento das aplicações financeiras, em virtude do maior saldo em caixa.

Imposto de renda e contribuição social

O aumento apresentado na rubrica de imposto de renda e contribuição social de 70% no exercício de 2024, em comparação com o exercício anterior, é devido ao aumento do lucro tributável do exercício.

Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas

O Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas refere-se aos seguimentos de Móveis e Construção civil, descontinuados respectivamente em 2020 e 2022.

• **Fluxo de Caixa – Consolidado**

Análise comparativa entre os fluxos de caixa consolidados referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Consolidado		
	2024	2023	Variação 2024/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	63.694	43.905	45%
Ajustes por:			
Equivalência patrimonial	(4.514)	(8.648)	-48%
Demais ajustes	7.491	5.881	27%
	66.671	41.138	62%
Variações nos ativos e passivos	5.626	3.135	79%
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.973)	(4.478)	145%
Pagamento de juros sobre financiamentos	(126)	(186)	-32%
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	61.198	39.609	55%
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(7.157)	(16.262)	-56%
Demais atividades de investimento	191	931	-79%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(6.966)	(15.331)	-55%
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:			
Pagamentos de dividendos	(11.090)	(10.851)	2%
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.399)	(1.217)	15%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(12.489)	(12.068)	3%
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	41.743	12.210	242%
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	49.747	37.537	33%
No fim do exercício	91.490	49.747	84%
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	41.743	12.210	242%

Fluxos de caixa das atividades operacionais.

No exercício de 2024, o caixa gerado nas atividades operacionais consolidadas, no montante de R\$ 61.198 mil, foi 55% superior ao apresentado no exercício de 2023, decorrente, principalmente, do resultado apurado no exercício.

Fluxos de caixa das atividades de investimento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento do exercício de 2024, foi de R\$ 6.966 (R\$ 15.331 em 2023) em decorrência, principalmente, dos investimentos realizados pela Companhia em ativos imobilizados de suas linhas de pintura.

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

A Companhia registrou um aumento 3% no fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento, comparando-se os exercícios de 2024 e 2023, em virtude, principalmente, da amortização de financiamentos e arrendamentos no exercício de 2024.

2.02) Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é proveniente essencialmente de dois seguimentos operacionais: Indústrias em geral (vendas) e Industrialização para terceiros.

No exercício de 2024, a Companhia apresentou R\$ 301.033 mil de receita líquida consolidada, distribuídas conforme quadro a seguir:

		Receita líquida (Consolidada)	
		2024	
Segmento		R\$ mil	%
Indústrias em Geral (Vendas)	Venda de bobinas e chapas pré-pintadas	164.531	55%
	Exportação de bobinas e chapas pré-pintadas	8.797	3%
Industrialização para Terceiros	Serviço de pintura em bobinas de aço	74.496	25%
	Serviço de pintura em bobinas de alumínio	53.209	18%
		301.033	100%

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia no exercício de 2024 foram afetados, principalmente, por uma maior demanda nos setores de embalagens metálicas e construção civil.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A variação de 8% apresentada na receita líquida consolidada do exercício de 2024, em comparação ao exercício anterior, foi reflexo de uma redução de 15,3% no volume do segmento de industrialização para terceiros e aumento de 6,1% no volume do segmento de indústrias em geral.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O aço pré-pintado produzido pela Tekno têm sofrido forte concorrência dos produtos importados, principalmente da Ásia.

2.03) Os diretores devem comentar:

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Os Diretores da Companhia informam que as informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), identificadas como Controladora e Consolidado, não houve mudanças com efeitos significativos no exercício de 2024.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não possui opiniões modificadas e ênfases.

2.04) Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional na Companhia no exercício de 2024.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia no de 2024.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais na Companhia no exercício de 2024.

2.05) Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Informar o valor das medições não contábeis

Lucro antes de juros e imposto de renda (EBIT) = R\$ 56.169

Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) = R\$ 63.495

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

	Consolidado	
	2024	2023
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	63.737	44.612
Despesas financeiras	638	784
Receitas financeiras	(8.206)	(5.445)
EBIT	56.169	39.951
Depreciação e Amortização	7.326	6.281
EBITDA	63.495	46.232

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBITDA e EBIT como indicadores financeiros, pois acredita que estes indicadores são uma medida prática do cálculo do desempenho operacional da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, além de itens não recorrentes e demais impactos que não alteram o seu fluxo de caixa. Adicionalmente, esses índices permitem uma comparação com outras companhias do mesmo segmento de atuação ainda que estas possam calcular tal indicador de forma distinta.

Cabe ressaltar que esses índices são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados, pois não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas normas contábeis internacionais (IFRS), e está apresentado de acordo com a Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012.

2.06) Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

A Companhia não identificou nenhum evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social.

2.07) Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

a) regras sobre retenção de lucros

- Reserva Legal**

A Companhia adota como procedimento contábil a realização da depreciação do custo atribuído (deemed cost) registrado no resultado do exercício, transferindo todo seu montante para a conta de lucros acumulados, anulando o efeito incorrido no lucro líquido do exercício.

A Companhia adota ainda como política a inclusão da realização da depreciação do custo atribuído (deemed cost) à base de cálculo da reserva legal.

Portanto, a reserva legal é calculada em 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido da realização da depreciação do custo atribuído (deemed cost), que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações.

- **Reserva de Lucro a Realizar**

Destina-se a esta reserva valores reconhecidos contabilmente que compõem a parcela realizada do lucro líquido do exercício base, sendo que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizados, caso esta não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia poderá destinar seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou destinação a outras reservas de lucros, observadas as propostas da administração a serem levadas à Assembleia e por esta aprovadas, oportunamente.

- **Retenção de Lucros**

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, quando o caso, principalmente em máquinas e equipamentos e sistemas de computação, dentro da política financeira da Empresa de operar preferencialmente com recursos próprios, em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações.

- **Reserva estatutária**

Após a deliberação acerca dos dividendos obrigatórios, a Assembleia Geral poderá destinar até 100% (cem por cento) do lucro líquido remanescente do exercício à Reserva Estatutária, que será limitada a 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia e terá por finalidade a preservação da sua liquidez, de modo que a Companhia possa suportar as necessidades de investimento próprio e em suas respectivas sociedades coligadas, com o intuito de fortalecer e desenvolver os seus negócios e, ainda, manter o seu capital de giro.

b) regras sobre distribuição de dividendos

Dispõe o Estatuto Social da Companhia:

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia (art. 33º, § 3º).

As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, não cumulativo, de 3% (três por cento), do valor do patrimônio líquido da ação, recebendo, entretanto, dividendo igual ao das ações ordinárias quando o dividendo a este atribuído exceder a 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação; participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros (art. 8º).

O valor dos juros pagos ou creditados aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio nos termos do art. 9º, Parágrafo 7º da Lei 9249/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao valor do dividendo obrigatório e do dividendo estatutário das ações preferenciais previsto na letra “a” do artigo 8º do Estatuto, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais (art.33º, §6º).

Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, a Companhia efetuará o pagamento de dividendos e de juros de capital próprio, devidos aos acionistas, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social correspondente, observadas as normas legais pertinentes (art. 34º).

c) periodicidade das distribuições de dividendos

A periodicidade de distribuição de dividendos adotada pela Empresa é anual.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais que impeçam a distribuição de dividendos.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A destinação dos resultados é realizada conforme o estatuto social da Companhia.

2.08) Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

I. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não existiam em 31 de dezembro de 2024 carteiras de recebíveis baixadas com riscos futuros.

II. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não existiam em 31 de dezembro de 2024 contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

III. Contratos de construção não terminada

Não existiam em 31 de dezembro de 2024 contratos de construção.

IV. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existiam em 31 de dezembro de 2024 contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia, em 31 de dezembro de 2024 não apresentou ativos e passivos conhecidos que não estejam divulgados em suas demonstrações financeiras e notas explicativas.

2.09) Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

- b) natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

2.10) Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a) Investimentos, incluindo:

I. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

- **Linhas de pintura 1:** Refere-se a investimentos para automação, modernização e substituição de máquinas e equipamentos da linha de pintura 1.

Investimento

- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 8.700 mil

- **Linhas de pintura 2:** Refere-se a investimentos para automação, modernização e substituição de máquinas e equipamentos das linhas de pintura 2.

Investimento

- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 600 mil

- **Linhas de pintura 3:** Refere-se a investimentos para automação, modernização e substituição de máquinas e equipamentos das linhas de pintura 3.

Investimento

- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 8.600 mil

- **Linhas de Cortes:** Refere-se a investimentos para automação, modernização e substituição de máquinas e equipamentos das linhas de cortes.

Investimento

- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 8.900 mil

- **Áreas de Apoio:** Refere-se a investimentos para segurança, automação, modernização e substituição de equipamentos de laboratório e demais áreas da planta.

Investimento

- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 9.600 mil

- **Tecnologia e projetos:** Os investimentos tecnológicos estão divididos em infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e em Softwares e sistemas de gestão, tendo por objetivo acompanhar as novas tecnologias de TI, adquirir novos computadores e periféricos e aprimorar os sistemas de gestão da Companhia.

Investimento

- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 3.500 mil

II. Fontes de financiamento dos investimentos

Tradicionalmente, para seus investimentos e capital de giro, a Companhia utiliza recursos oriundos da sua geração própria de caixa. Entretanto, a Companhia poderá recorrer a fontes de financiamento para seus investimentos sempre que julgar que as condições são favoráveis para gerar valor aos seus acionistas.

III. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

- b) **Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há investimento que deva influenciar materialmente a capacidade produtiva em curto prazo.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

- I. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (II) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (III) Projetos em desenvolvimento já divulgados; (IV) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não houve pesquisas em andamento divulgadas.

2.11) Comentar sobre outros fatores que influenciam de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável.

V – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



KPMG Auditores Independentes Ltda. Ed. Helbor
Corporate Tower
Av. São João, 2.405 – CJ.1101/1102
Jd. das Colinas
CEP 12242-000 - São José dos Campos/SP - Brasil
Caixa Postal 1668 - CEP 12230-970 - São José dos Campos/SP - Brasil Telefone +55
(12) 2138-5030
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Tekno S.A.
Indústria e Comércio
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tekno S.A. Indústria e Comércio (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tekno S.A. Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita da Companhia e suas subsidiárias

Veja as Notas 3.15 e 21 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
As receitas da Companhia e suas subsidiárias derivam de vendas para indústrias em geral e industrialização para terceiros. Para fins de reconhecimento de receita, a Companhia e suas subsidiárias mantêm controles internos em relação ao prazo de entrega de seus produtos para avaliar o momento em que a obrigação de performance é satisfeita. Devido à relevância das transações de vendas no contexto das demonstrações financeiras e a necessidade de controles auxiliares na determinação do momento em que o controle é transferido para a contraparte, principalmente, no final do exercício (corte da receita), consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a: (i) Obtenção de entendimento do fluxo de reconhecimento de receita; (ii) Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos relacionados ao reconhecimento da receita, incluindo relativo ao corte da receita; (iii) Analisamos, em base amostral, as notas fiscais de vendas e os respectivos comprovantes de entrega dos produtos aos clientes e corroboramos o prazo médio de entrega da Companhia e suas subsidiárias; (iv) Adicionalmente, consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos apropriado o reconhecimento da receita, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2024 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 21 de março de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São José dos Campos, 27 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028568/O-9 F SP

Catalina Satie Shikibu
Contadora CRC 1SP218752/O-4

VI – PARECER DO CONSELHO FISCAL (REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DE 13 DE MARÇO DE 2025)

“Em atendimento às atribuições estatutárias e legais e na forma deliberada em reunião realizada nesta data, os membros do Conselho Fiscal da Tekno S/A Indústria e Comércio, infra-assinados, vêm emitir seu parecer: por unanimidade dos presentes, no sentido de serem aprovadas, pela Assembleia Geral, **a)** as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e **(b)** a proposta para distribuição dos dividendos, e a destinação do saldo do lucro líquido. No desempenho de suas funções, os Conselheiros encontraram os documentos em ordem, tendo em vista o que a respeito atesta o parecer da empresa de auditoria **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**”.

VII – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (ANEXO A – Resolução CVM 81/22)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício foi **R\$ 50.411.348,64**.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A proposta da Administração à Assembleia Geral dos acionistas será de distribuir o montante global de **R\$ 18.658.219,23** (Dezoito milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, duzentos e dezenove reais e vinte e três centavos), referente ao valor bruto dos juros sobre o capital próprio declarados no exercício de 2024, à razão de R\$ 6,32951894 por ação ordinária ou preferencial, correspondendo o valor líquido a **R\$ 15.864.914,80** (Quinze milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e quatorze reais e oitenta centavos), à razão de R\$ 5,38009110 por ação ordinária ou preferencial.

A Administração da Companhia irá propor à Assembleia Geral dos acionistas que a parcela líquida dos juros do capital próprio, na importância de **R\$ 15.864.914,80** (Quinze milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e quatorze reais e oitenta centavos), seja atribuída aos dividendos obrigatórios e ao dividendo estatutário das ações preferenciais previsto na letra “a” do artigo 8º do Estatuto da Companhia, de acordo com o previsto no parágrafo 7º, art. 9º da Lei 9.249/95 e com o parágrafo 6º, do artigo 33 do referido Estatuto.

Ainda, será proposta à Assembleia Geral a distribuição de dividendos adicionais no importe de **R\$ 1.997.195,43** (Um milhão, novecentos e noventa e sete mil, cento e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos), sem correção monetária, nos termos do parágrafo 5º, do Art. 33 do Estatuto Social, à razão de R\$ 0,67751837 por ação ordinária ou preferencial.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O lucro líquido distribuído é de aproximadamente 38,84% do lucro líquido ajustado do exercício menos reserva legal.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A Companhia não distribuiu dividendos com base em exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

A Administração da Companhia irá propor à Assembleia Geral dos acionistas a distribuição de dividendos adicionais no importe de **R\$ 1.997.195,43** (Um milhão, novecentos e noventa e sete mil, cento e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos), sem correção monetária, nos

termos do parágrafo 5º, do Art. 33 do Estatuto Social, à razão de R\$ 0,67751837 por ação ordinária ou preferencial.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos adicionais, se aprovados, serão pagos em data a ser fixada na Assembleia Geral dos acionistas. A proposta à AGO será de pagar os dividendos adicionais, em 27 de junho de 2024, ou seja, no dia útil anterior ao prazo de 60 (sessenta) dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos não serão corrigidos monetariamente e não incidirão juros sobre eles.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A proposta da administração à AGO será de considerar a data da Assembleia.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Em 20 de março de 2024, a Companhia aprovou crédito a título de remuneração do capital próprio no montante de R\$ 4.668, à razão de R\$ 3,43 por ação preferencial (valor bruto).

Em 19 de junho de 2024, a Companhia aprovou crédito a título de remuneração do capital próprio no montante de R\$ 4.658, à razão de R\$ 2,93 por ação ordinária (valor bruto).

Em 18 de setembro de 2024, a Companhia aprovou crédito a título de remuneração do capital próprio no montante de R\$ 4.677, à razão de R\$ 1,82 por ação ordinária e de R\$ 1,32 por ação preferencial (valor bruto).

Em 17 de dezembro de 2024, a Companhia aprovou crédito a título de remuneração do capital próprio no montante de R\$ 4.656, à razão de R\$ 1,58 por ação preferencial e ordinária (valor bruto).

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Os referidos valores serão pagos, sem correção, em data a ser fixada na Assembleia Geral dos acionistas. A proposta à AGO será de pagar os juros sobre capital próprio, em 27 de junho de 2024, ou seja, no dia útil anterior ao prazo de 60 (sessenta) dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Lucro líquido	2024	2023	2022	2021
ON	17,101	12,249	12,976	22,413
PN	17,101	12,249	12,976	22,413

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2023	2022	2021
Juros de Capital Próprio (bruto)			
ON	3,86737	3,78814	3,05088
PN	3,86737	3,78814	3,05088
Dividendos			
ON	0,00000	0,50272	2,75408
PN	0,00000	0,50272	2,75408

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

	2024	2023	2022
Lucro líquido do exercício	50.411	36.109	38.250
Efeito da realização do custo atribuído (deemed cost)	159	189	264
Lucro líquido ajustado	50.570	36.298	38.514
Reserva legal (5%) sobre lucro líquido ajustado	2.528	1.815	1.926

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A Companhia adota como procedimento contábil a realização da depreciação do custo atribuído (*deemed cost*) registrado no resultado do exercício, transferindo todo seu montante para a conta de lucros/prejuízos acumulados, anulando o efeito incorrido no lucro líquido do exercício.

A Companhia adota ainda como política a inclusão da realização da depreciação do custo atribuído (*deemed cost*) à base de cálculo da reserva legal.

Portanto, a reserva legal é calculada em 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, depois da compensação dos prejuízos acumulados, acrescido da realização da depreciação do custo atribuído (*deemed cost*), que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

Em 2024, Lucro líquido do exercício R\$ 50.411.348,64, efeito da realização do custo atribuído (*deemed cost*) R\$ 158.476,17. Base de cálculo para reserva legal R\$ 50.569.824,81. Reserva legal (5%) R\$ 2.528.491,24.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme dispõe o artigo 33 do Estatuto Social, em seu parágrafo 3º: "Do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da LEI 6.404 de 15/12/76, será destinada a importância necessária ao pagamento do dividendo assegurado aos acionistas preferenciais, na forma de Artigo 8, inciso "a" e ao pagamento dos dividendos não prioritários a todos os acionistas, ficando estabelecido que, no mínimo, 25% (Vinte e cinco por cento) do saldo de que trata este Parágrafo serão obrigatoriamente destinados à distribuição aos acionistas, como dividendo".

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há montante retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não há montante retido.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não há montante destinado.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Após a deliberação acerca dos dividendos obrigatórios, a Assembleia Geral poderá destinar até 100% (cem por cento) do lucro líquido remanescente do exercício à Reserva Estatutária, que será limitada a 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia e terá por finalidade a preservação da sua liquidez, de modo que a Companhia possa suportar as necessidades de investimento próprio e em suas respectivas sociedades coligadas, com o intuito de fortalecer e desenvolver os seus negócios e, ainda, manter o seu capital de giro.

b. Identificar o montante destinado a reserva

A proposta da Administração a ser analisada pela Assembleia Geral é para destinação de R\$ 28.501.645,20 para a Reserva Estatutária, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, oriunda dos lucros remanescentes do exercício (R\$ 27.385.918,91) e da parcela realizada de reserva de lucros a realizar (R\$ 1.115.726,29).

c. Descrever como o montante foi calculado

	2024
Lucro líquido do exercício	50.411.348,64
(+) Realização do custo atribuído	158.476,17
Lucros acumulados	50.569.824,81
(-) Reserva legal	- 2.528.491,24
(-) Juros sobre capital próprio	- 18.658.219,23
(-) Dividendos adicionais propostos	- 1.997.195,43
(+) Realização da reserva de lucros a realizar	1.115.726,29
Constituição de reserva estatutária	28.501.645,20

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não houve retenção para orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não há montante destinado.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

VIII – INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL (Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

Em atendimento ao artigo 11 da Resolução CVM 81/22, a Companhia fornece abaixo as informações indicadas nos subitens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme indicado no Anexo “C” da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, alterada pela Resolução CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021.

7.3 – Composição e experiência profissional:

Nome	Arystóbulo de Oliveira Freitas	Sergio Lucchesi Filho	Edson da Silva Lopes	Ricardo Brito Costa	Carlos Atushi Nakamuta	Monica Fernandes do Carmo
Data de nascimento	01/07/1961	21/07/1950	01/10/1959	19/08/1959	26/10/1976	06/06/1968
Profissão	Advogado	Contador	Contador	Advogado	Contador	Advogada
CPF ou Passaporte	040.278.498-76	332.063.688-04	950.198.208-49	259.300.478-98	011.603.868-38	115.070.108-00
Cargo eletivo ocupado	Conselho CF - titular	Conselho CF - titular	Conselho CF - titular	Conselho CF - suplente	Conselho CF - suplente	Conselho CF - suplente
Data da eleição	29/04/2025	29/04/2025	29/04/2025	29/04/2025	29/04/2025	29/04/2025
Data da posse	-	-	-	-	-	-
Prazo do mandato	Até a A.G.O. de 2026	Até a A.G.O. de 2026	Até a A.G.O. de 2026	Até a A.G.O. de 2026	Até a A.G.O. de 2026	Até a A.G.O. de 2026
Eleito pelo controlador	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Membro independente	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Data do primeiro mandato	16/06/2003	08/02/2001	02/05/2024	23/04/2009	28/04/2015	02/05/2024

Experiência profissional/Declaração de eventuais condenações/Critérios de Independência

Arystóbulo de Oliveira Freitas

Formação:

Graduação - Direito pela Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1984
Mestrado - Direito Difuso e Coletivo pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Experiência profissional:

Advogado atuante, professor e conferencista.

Sérgio Lucchesi Filho**Formação:**

Graduação - Ciências Contábeis
Graduação - Administração

Experiência profissional:

Contador e Administrador de empresas pela FEA/USP, trinta e dois anos de experiência profissional acumulada nas áreas de auditoria, consultoria gerencial e tributos, autor de artigos e entrevistas, em matéria contábil e tributária publicadas em periódicos do país.

Edson da Silva Lopes**Formação:**

Graduação – Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Econômicas e Contábeis de Guaratinguetá
Pós-Graduação – Especialização em Administração Financeira e Auditoria pela Universidade de Taubaté

Experiência profissional:

Experiência na indústria metalúrgica, atuando nos cargos de gerência de Controladoria e de Tecnologia da Informação.

Ricardo Brito Costa**Formação:**

Graduação - Direito pela Universidade de São Paulo, em 1999.

Experiência profissional:

Atua na área contenciosa civil, inclusive em contendas societárias.

Carlos Atushi Nakamuta**Formação:**

Graduação - Bacharel em Ciências Contábeis e Bacharel em Ciências Atuariais pela FMU
Pós-Graduação (MBA) - Gestão Atuarial e Financeira – FIPECAFI.
Mestrado - Contabilidade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Experiência profissional:

Sócio na Moore Stephens Auditores e Consultores; Atua nas áreas de Auditoria e Corporate Finance desde junho de 2004; Foi também Diretor Técnico de Auditoria de Boucinhas & Campos com especialização em instituições financeiras, sendo responsável pela auditoria de parte das empresas do Conglomerado Financeiro Banco Itaú S.A., cerca de 40 empresas, incluindo empresas do ramo segurador.

Monica Fernandes do Carmo**Formação:**

Graduação - Direito pela Universidade de São Paulo.
Pós-Graduação - Especialização em Direito Tributário pelo Centro de Especialização Universitário (CEU).

Experiência profissional:

Atua na área contenciosa cível, inclusive em contendas societárias e resolução de conflitos.

A Companhia não tem conhecimento da existência, nos últimos 05 (cinco) anos, de condenações cíveis, criminais ou administrativas, transitadas em julgado, em nome dos candidatos acima. A Companhia declara ainda que obteve dos indicados acima a informação de que estão em condições de firmar a declaração de desimpedimento prevista em Lei.

7.4 - Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não há composição de comitês na Companhia.

7.5 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**a. administradores do emissor**

As pessoas indicadas não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau, relacionadas a administradores do emissor.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

As pessoas indicadas não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau, relacionadas a administradores do emissor, Administradores de controladas.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

As pessoas indicadas não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau, relacionadas a administradores do emissor ou de suas controladas e controladores.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

As pessoas indicadas não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau, relacionadas a administradores do emissor e administradores de sociedades controladoras.

7.6 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social**

Não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Não há.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.

IX – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Item 8 do Formulário de Referência)

I. A proposta de remuneração dos administradores

A Companhia propõe, para o exercício em curso, que a remuneração global dos Administradores seja fixada no montante R\$ 3.998.000,00 (três milhões, novecentos e noventa e oito mil reais). Neste montante não estão inclusos os encargos sociais.

II. As informações indicadas no item 8 do formulário de referência, que estão a seguir demonstradas

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O objetivo de cada elemento da remuneração dos administradores é incentivar o alinhamento de interesses dos administradores com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

Além do plano de assistência médica, a Companhia oferece um plano de previdência privada do tipo PGDL (Plano Gerador de Benefício Livre), administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A., para os diretores e colaboradores. Trata-se de uma poupança incentivada na qual o colaborador aplica mensalmente até 4,5% do salário, levando a Companhia a contribuir com o mesmo valor.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

I. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Não aplicável.

II. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Não aplicável.

III. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não aplicável.

c. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A remuneração pela Companhia é composta pelos seguintes elementos:

- **Remuneração fixa anual:** corresponde ao salário ou pró-labore e aos benefícios diretos e indiretos.
- **Remuneração variável:** corresponde a participações nos resultados.
- **Benefícios pós-emprego:** compreende os valores pagos a título de planos de previdência privada.

A aplicação destes elementos ocorre de maneira diferenciada para cada órgão da administração da Companhia, conforme detalhados a seguir.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa, a qual visa recompensar, atrair e reter conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia, podendo receber remuneração variável.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração fixa, a qual visa recompensar, atrair e reter os profissionais que agreguem valor aos resultados da Companhia. Como parte da remuneração fixa, ainda, a Companhia concede aos membros da Diretoria Estatutária os seguintes benefícios diretos e indiretos: seguro de vida em grupo, seguro de vida para acidentes pessoais, carro, plano de previdência privada e plano de saúde.

Há também o pagamento, em forma de remuneração variável, de participação nos resultados da Companhia, cujo montante global será fixado pela Assembleia Geral. O objetivo da remuneração variável é recompensar pelos resultados da Companhia.

A Companhia também concede um benefício pós-emprego, mediante o pagamento dos valores dos planos de previdência privada cujos beneficiários são os membros de sua Diretoria Estatutária.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus somente à remuneração fixa, a qual visa recompensar, atrair e reter conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Exercício social findo em: 31 de dezembro de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa			
Salário ou pró-labore	100,00%	72,26%	100,00%
Benefícios direto e indireto	0,00%	12,66%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração variável			
Partic de resultados	0,00%	13,32%	0,00%
Benefício pós-emprego	0,00%	1,76%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social findo em: 31 de dezembro de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa			
Salário ou pró-labore	100,00%	70,31%	100,00%
Benefícios direto e indireto	0,00%	12,42%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração variável			
Partic de resultados	0,00%	15,57%	0,00%
Benefício pós-emprego	0,00%	1,70%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social findo em: 31 de dezembro de 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa			
Salário ou pró-labore	100,00%	70,95%	100,00%
Benefícios direto e indireto	0,00%	11,01%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração variável			
Partic de resultados	0,00%	16,33%	0,00%
Benefício pós-emprego	0,00%	1,71%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

As remunerações, em regra, são reajustadas anualmente de acordo com e nas mesmas datas e percentuais dos aumentos salariais aplicáveis ou concedidos aos empregados da empresa, em razão do dissídio coletivo.

A remuneração variável é com base nos resultados obtidos pela Companhia e o montante global é fixado pela Assembleia Geral.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Remuneração fixa: responsabilidades atribuídas ao cargo.

Remuneração variável: com base em resultados financeiros dos negócios da Companhia. Os indicadores apurados incluem: o lucro líquido, faturamento líquido e margem EBITDA.

ii. Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração visa recompensar, atrair e reter os profissionais qualificados que agreguem valor aos resultados da Companhia e, no caso da Diretoria Estatutária, no que se refere à remuneração variável especificamente recompensar pelos resultados obtidos.

iii. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A Companhia não possui membros da administração não remunerados.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há pagamento de remuneração suportada por subsidiárias ou qualquer outra controlada ou controlador a qualquer membro do Conselho e/ou Diretoria da Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia não possui qualquer remuneração ou benefício vinculados à ocorrência de determinado evento societário específico.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

Remuneração Total Projeção 2025				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	3	5	15
Nº de membros remunerados	7	3	5	15
Remuneração fixa anual	1.128.488	2.483.192	332.590	3.944.270
Salário ou pró-labore	1.128.488	2.010.539	332.590	3.471.617
Benefícios direto e indireto	-	472.653	-	472.653
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	53.730	-	53.730
Cessação do Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	1.128.488	2.536.922	332.590	3.998.000

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2024 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	3	5	15
Nº de membros remunerados	7	3	5	15
Remuneração fixa anual	1.042.126	2.218.069	313.935	3.574.130
Salário ou pró-labore	1.042.126	1.887.495	313.935	3.243.556
Benefícios direto e indireto	-	330.574	-	330.574
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	-	348.046	-	348.046
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	348.046	-	348.046
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	46.063	-	46.063
Cessação do Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	1.042.126	2.612.178	313.935	3.968.239

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2023 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	3	5	15
Nº de membros remunerados	7	3	5	15
Remuneração fixa anual	980.857	2.083.471	293.830	3.358.158
Salário ou pró-labore	980.857	1.770.587	293.830	3.045.274
Benefícios direto e indireto	-	312.884	-	312.884
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Remuneração variável	-	392.099	-	392.099
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	392.099	-	392.099
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	42.804	-	42.804
Cessação do Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	980.857	2.518.374	293.830	3.793.061

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2022 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	3	5	15
Nº de membros remunerados	7	3	5	15
Remuneração fixa anual	932.398	2.017.939	290.419	3.240.756
Salário ou pró-labore	932.398	1.746.832	290.419	2.969.649
Benefícios direto e indireto	-	271.107	-	271.107
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável	-	402.118	-	402.118
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	402.118	-	402.118
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	42.097	-	42.097
Cessação do Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	932.398	2.462.154	290.419	3.684.971

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável - Prevista para o exercício social corrente - 2025				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	3	5	15
Nº de membros remunerados	7	3	5	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.536.922	-	2.536.922
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	3	5	15
Nº de membros remunerados	7	3	5	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.264.132	-	2.264.132
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	348.046	-	348.046
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	348.046	-	348.046

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	3	5	15
Nº de membros remunerados	7	3	5	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.126.275	-	2.126.275
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	392.099	-	392.099
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	392.099	-	392.099

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	3	5	15
Nº de membros remunerados	7	3	5	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.060.036	-	2.060.036
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	402.118	-	402.118
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	402.118	-	402.118

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

8.9. Informar quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Não aplicável.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Posição em 31/12/2024	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Conselho Fiscal	0	0	0
Conselho Administração	332.071	209.089	541.160
Diretoria Estatutária	883	21.648	22.531

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	0	2
Nome do plano	N/A	Bradesco Previdência
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Não previsto
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	0	R\$ 332.115,62
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	0	R\$ 46.063,28
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	Existe a possibilidade de resgate antecipado, permitindo a Companhia resgatar o mesmo valor.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Ano	Orgão	Nº de membros	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2024	Conselho Administração	7	259.560	130.428	148.875
	Diretoria Estatutária	3	1.063.497	692.548	870.726
	Conselho Fiscal	5	62.787	62.787	62.787
2023	Conselho Administração	7	238.683	123.696	140.122
	Diretoria Estatutária	3	1.063.987	659.426	839.458
	Conselho Fiscal	5	58.766	58.766	58.766
2022	Conselho Administração	7	157.927	116.410	133.200
	Diretoria Estatutária	3	1.057.340	643.716	820.718
	Conselho Fiscal	5	58.084	58.084	58.084

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estabeleçam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Exceto quanto ao plano de previdência privada oferecido a todos colaboradores com as mesmas regras para a Diretoria, não existe apólice de seguros ou outros instrumentos que estabeleçam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	Previsão 2025	2024	2023	2022
Conselho Administração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Diretoria Estatutária	59,67%	73,49%	73,82%	74,10%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Remuneração Total prevista para o exercício social corrente - 2025				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	0	0	0	0
Valores previstos no resultado	0	0	0	0

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2024 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	0	0	0	0
Valores reconhecidos no resultado	0	0	0	0

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2023 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	0	0	0	0
Valores reconhecidos no resultado	0	0	0	0

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2022 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	1	0	0	1
Valores reconhecidos no resultado	15.206	0	0	15.206

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevante.

X – ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1.) Definição do Número de Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 21 do seu estatuto social, será constituído de 3 (três) a 5 (cinco) membros.

A proposta da Administração é que o Conselho de Administração seja formado por 5 (cinco) membros.

Os acionistas minoritários ordinaristas e os acionistas preferencialistas, se assim o desejarem, e em conformidade com a legislação, poderão indicar os nomes de seus eventuais candidatos ao Conselho de Administração até a Assembleia Geral Ordinária.

2.) Eleição em Separado

Nos termos dos incisos I e II, do parágrafo 4º, do artigo 141, da Lei 6.404/76, a maioria dos titulares, respectivamente: (I) de ações de emissão da Companhia com direito a voto, que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto; e (II) de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito de emissão da Companhia, que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, poderão, em votação em separado, da qual não participará o acionista controlador, eleger um membro do Conselho de Administração cada um.

Somente poderão exercer tais direitos os acionistas que possuírem a titularidade ininterrupta da participação acionária exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral Ordinária.

3.) Voto Múltiplo

O percentual mínimo do capital social votante necessário à requisição da adoção do procedimento de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), de acordo com a Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, devendo ser referido procedimento requisitado em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral Ordinária.

Uma vez recebido o requerimento de voto múltiplo, a Companhia, em conformidade com a legislação aplicável, divulgará um “Aviso aos Acionistas” informando a respeito da realização da eleição dos membros do Conselho de Administração por meio do processo de voto múltiplo.

As ações utilizadas pelos acionistas no processo de eleição em separado, não poderão ser utilizadas pelos acionistas na eleição pelo voto múltiplo.

5.) Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência

Em atendimento ao artigo 11 da Resolução CVM 81/22, a Companhia fornece abaixo as informações indicadas nos subitens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme indicado no Anexo “C” da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, alterada pela Resolução CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021.

7.3 – Composição e experiência profissional da administração:

Nome	Fernando Antônio Albino de Oliveira	Batuirá Rogério Meneghesso Lino	João Roberto de Moura Benites
Data de nascimento	12/06/1946	12/02/1950	16/04/1960
Profissão	Advogado	Advogado	Engenheiro
CPF ou Passaporte	199.391.168-53	641.093.218-81	018.658.988-30
Cargo eletivo ocupado	Conselho Administração	Conselho Administração	Conselho Administração
Data da eleição	29/04/2025	29/04/2025	29/04/2025
Data da posse	-	-	-
Prazo do mandato	Até a A.G.O. de 2028	Até a A.G.O. de 2028	Até a A.G.O. de 2028
Eleito pelo controlador	sim	sim	sim
Membro independente	Sim - Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022	Sim - Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022	Sim - Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022
Data do primeiro mandato	23/04/2002	29/04/2014	28/04/2022

Experiência profissional/Declaração de eventuais condenações/Critérios de Independência**Fernando Antonio Albino de Oliveira****Formação:**

Graduação - Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, 1969
Mestrado - Direito Comparado – New York University, 1975
Doutorado - Direito Econômico, USP, 1988

Experiência profissional:

professor PUC/SP – pós-graduação; advogado atuante, autor de obras em sua especialidade; ex-Diretor da CVM e atual Presidente do Conselho de Administração da Tekno

Batuir Rogerio Meneguesso Lino**Formação:**

Graduação - Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, 1972
Especialização - Direito Empresarial e Cível

Experiência profissional:

Ex-membro titular do Conselho Fiscal da Cia. Paulista de Força e Luz (CPFL) e suplente de Conselho Fiscal da Companhia Energética de São Paulo (CESP) de 1983 a 1987 e membro de Conselhos Fiscais de várias sociedades de capital fechado

João Roberto de Moura Benites**Formação:**

Graduação - Graduado em Engenharia Metalúrgica pela FEI, 1983; Master em Business Administration pela USP, 1990; Master em Marketing pela ESPM, 1992; Advanced Management Program pela Universidade da Pensilvânia, 2012.

Experiência profissional:

Ex-presidente América Latina da Sherwin-Williams; ex-presidente regional da América Latina da Valspar Corporation; ex-senior VP – Global Coil Coatings da Valpar Corporation; ex-presidente da Global EPS & CCA; ex-diretor comercial/novos negócios da ICI Paints.

A Companhia não tem conhecimento da existência, nos últimos 05 (cinco) anos, de condenações cíveis, criminais ou administrativas, transitadas em julgado, em nome dos candidatos acima. A Companhia declara ainda que obteve dos indicados acima a informação de que estão em condições de firmar a declaração de desimpedimento prevista em Lei.

7.4 - Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não há composição de comitês na Companhia.

7.5 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**a. administradores do emissor**

As pessoas indicadas não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau, relacionadas a administradores do emissor.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

As pessoas indicadas não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau, relacionadas a administradores do emissor, Administradores de controladas.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

As pessoas indicadas não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau, relacionadas a administradores do emissor ou de suas controladas e controladores.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

As pessoas indicadas não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau, relacionadas a administradores do emissor e administradores de sociedades controladoras.

7.6 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social

Não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Não há.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.